ÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Um manifesto xigindo "melhores condições de :abalho" e a "abertura de negoiações sobre a precária situaão" financeira dos parlamentaes foi assinado ontem por 370 eputados. O manifesto será enregue hoje ao presidente da Cânara, Luís Eduardo Magalhães PFL-BA), durante a reunião da Mesa Diretora, convocada para ivaliar a questão.

Luís Éduardo, que vinha idotando posição contrária à nobilização por melhores salátios, amenizou o discurso: "Não darei aumento de salário, nem verba de gabinete, mas estudarei

as reivindicações".

O primeiro-secretário da Mesa, Wilson Campos (PMDB-PE), anunciou que para melhorar os salários sem contrariar a Constituição — que só permite aumento real de quatro em quatro anos -, o único meio seria acompanhar o aumento do funcionalismo federal. Campos disse que na reforma administrativa, a ser enviada pelo governo ao Congresso em agosto, pretende acrescentar um artigo para reajustar os salários em 30%. "Deputado também é povo", alegou Campos. Outros parlamentares chegaram a ameaçar com a inclusão de um artigo na medida provisória do real para repor as perdas salariais do funcionalismo em 30%.

Esforço — Uma tropa de choque aproveitou o esforço concentrado de ontem para recolher as assinaturas. A expectativa é atingir 400, para solicitar ainda a reestruturação total e a informatização dos gabinetes. O autor do manifesto é o deputado Severino Cavalcanti (PFL-PE), o mesmo que no governo Figueiredo solicitou e conseguiu a expulsão do país do padre italia-

no Vito Miracapillo.

Cavalcanti é favorável à proposta do deputado Benedito Domingos (PP-DF) de aumentar a verba dos gabinetes de RS

10 mil para R\$ 22 mil.

A assessoria jurídica da Câmara considerou admissível apenas o restabelecimento de uma verba de transporte. O pagamento extra pelo comparecimento às sessões do Congresso foi descartado.